PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM



RELATÓRIO DE GESTÃO – RELGES PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO - BALANÇO ANUAL 2014

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão compõe a Prestação de Contas do Município de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao exercício de 2014, conforme anexo 2 - item 02 da Instrução Normativa nº 28/2013 do TCEES e suas alterações. O presente relatório aborda o desempenho consolidado da gestão municipal durante o exercício de 2014, com destaque para os aspetos orçamentários, financeiros, fiscais, patrimoniais e operacionais.

Órgão Emitente:

Controladoria Interna de Governo - CIG

Gestor Responsável: Carlos Roberto Casteglione Dias

Abrangência:

Administração Direta e Órgãos da Administração Indireta do

Município de Cachoeiro de Itapemirim

Exercício:

2014

As informações constantes neste relatório são de natureza qualitativa e quantitativa, onde, por meio de dados coletados nos órgãos da administração direta e indireta municipal, são elencados os fatos de maior relevância acerca dos aspectos supramencionados, sempre sob o enfoque gerencial.

1. Atendimento aos Limites Constitucionais e Legais

1.1. Despesa Total com Pessoal

Os quadros abaixo apresentam o resumo do total da despesa com pessoal no 3º quadrimestre do exercício de 2013 e nos três quadrimestres do exercício de 2014, em conformidade com o art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar 101/2000.

2014 (3º quadrimestre)

Receita Corrente Líquida (a)	Total da Despesa com Pessoal (b)	% despesa (c) = (b/a)*100
R\$ 349.324.130	R\$ 169.650.744	48,57

Fonte: Portal da Transparência municipal – Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

2014 (2º quadrimestre)

Receita Corrente Líquida (a)	Total da Despesa com Pessoal (b)	% despesa (c) = (b/a)*100
R\$ 342.437.583	R\$ 164.934.377	48,16

Fonte: Portal da Transparência municipal - Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

2014 (1º quadrimestre)

Receita Corrente Líquida (a)	Total da Despesa com Pessoal (b)	% despesa (c) = (b/a)*100
R\$ 327.291.427	R\$ 162.099.509	49,53

Fonte: Portal da Transparência municipal - Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

2013 (3º quadrimestre)

Receita Corrente Líquida (a)	Total da Despesa com Pessoal (b)	% despesa (c) = (b/a)*100
R\$ 301.440.252	R\$ 159.231.660	52,82

Fonte: Portal da Transparência municipal – Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Observa-se que o percentual do total da despesa com pessoal, ao final do exercício de 2014 encontrava-se abaixo do limite de alerta de 48,60%. Nota-se, ainda, a redução do endividamento com pessoal frente ao resultado apurado ao final do exercício de 2013, o qual alcançou o percentual de 52,82%. A diminuição do endividamento com pessoal de 2013 para 2014 pode ser explicada pelo crescimento mais do que proporcional da receita corrente líquida em relação à despesa total com pessoal.

1.2. Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Apresenta-se abaixo, com base na receita arrecadada e despesa liquidada, o demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino no exercício financeiro de 2014, em conformidade com o art. 212 da Constituição Federal.

Receita realizada (a)	Total da despesa executada	% aplicado (c) = (b/a)*100	
	(b)		
R\$ 200.776.451	R\$ 50.752.034	25,28	

Fonte: Portal da Transparência municipal – Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

De acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício de 2014, o percentual apurado de aplicação de recursos na manutenção de desenvolvimento do ensino foi de 25,28%, atendendo, portanto, o limite constitucional mínimo de 25% estabelecido.

Foram aplicados recursos da ordem de **R\$ 51.511.708**, (cinquenta e um milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e oito reais) no pagamento de profissionais do magistério. Este total perfaz um percentual de 74,76% em relação às receitas recebidas do FUNDEB. O referido percentual de aplicação atende ao disposto no inc. XII do art. 60 da Constituição Federal (incluído pela Emenda Constitucional 53/2006).

1.3. Aplicação de Recursos em Serviços de Saúde

Apresenta-se, com base na receita arrecadada e na despesa executada, o demonstrativo de cálculo do limite constitucional de aplicação de recursos em serviços de saúde pública.

Receita realizada (a)	Despesas executadas (b)	% aplicado (c) = (b/a)*100
R\$ 200.776.451	R\$ 35.180.657	17,52%

Fonte: Portal da Transparência municipal - Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

Com base no demonstrativo anterior, observa-se o atendimento à Emenda Constitucional 29/2000. Além do valor das despesas executadas, não foram computadas despesas, financiadas com outros recursos, na ordem de R\$ 24.864.704, conforme demonstrado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao sexto bimestre do ano de 2014.

2. Operações de Crédito

No exercício financeiro de 2014 não houve ingresso de recursos mediante contratação de operações de crédito. O valor de R\$ 3.114.472,08 pago referente à amortização da dívida diz respeito a operações de crédito realizadas nos exercícios anteriores.



3. Reflexo da Renúncia de Receita

O valor da isenção de IPTU durante o ano de 2014 totalizou R\$ 3.867.539,75 referentes a imóveis localizados no distrito industrial de São Joaquim, outros enquadrados no Código Tributário Municipal e por força da Lei 4970/2000 (incentivo fiscal).

Destaca-se que, as medidas compensatórias para eventuais renúncias de receita abrangem não só os imóveis localizados no município, mas também ações de modernização e ampliação da base de arrecadação tributária, tais como: implantação do sistema de nota fiscal de serviços eletrônica, renovação do cadastro para utilização do REGIN, juntamente com a Junta Comercial do Espírito Santo JUCEES e apoio a formalização de novos negócios, com destaque para o micro empreendedor.

4. Instrumentos de planejamento

4.1. LDO - Compatibilidade com o PPA

A Lei 6.897/2013, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 foi elaborada em conformidade com o disposto na Lei 6.894/2013, que aprovou o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017. A Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu anexo I estabelece as metas e prioridades para os diversos os órgãos da administração para o ano de 2014 de acordo, ainda, com o que dispõe o art. 4º da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4.2. LDO - Atendimento aos Dispositivos da LRF

Os dispositivos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal foram observados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias em sua totalidade. O art. 25 da Lei 6.897/2013 estabeleceu a forma e os critérios para limitação de empenho, com vistas à manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas e a não realização da receita, a qual poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

4.3. LOA – Atendimento aos Dispositivos da LRF

A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso foi publicado no Diário Oficial do Município no dia 24 de janeiro de 2014, prazo em conformidade com o estabelecido no art. 8º da Lei Complementar 101/00.

A

5. Desempenho da arrecadação das receitas municipais

Comportamento da arrecadação mensal – 2014					
Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
26.926.647,65	31.875.349,02	24.486.880,03	35.408.181,67	30.321.293,78	24.393.711,78
Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
26.536.983,37	24.542.444,46	23.636.209,68	26.191.280,99	25.072.896,68	75.750.651,65

O quadro acima demonstra o desempenho mensal da receita do município, de maneira consolidada, ao longo do exercício de 2014. O quadro abaixo demonstra o comparativo da receita arrecadada com as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

6. Estratégias para Recuperação de Créditos Tributários Municipais

Durante o exercício de 2014, a gerência de cobrança da Secretaria Municipal de Fazenda efetuou cobrança através de ligação telefônica, carta de cobrança e outras correspondências. No mesmo período foram encaminhadas 1598 Certidões de Dívida Ativa para execução judicial, totalizando R\$ 14.319.846,54 (quatorze milhões, trezentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

Houve recuperação de vários créditos tributários e encaminhamento de diversas cobranças extrajudiciais, evitando o envio de cobrança por meio judicial. Durante o ano de 2014 foram enviadas 827 CDA's para cobrança, totalizando R\$ 1.517.802,51.

7. Gestão Patrimonial

7.1. Gestão da Dívida Ativa

O saldo inicial da dívida ativa para o exercício de 2014, segundo relatório da Subsecretária Tributária, foi de R\$ 100.919.396,29 (cem milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte nove centavos). Os lançamentos, incluindo atualização monetária, juros, multas e demais encargos financeiros, totalizaram o valor de R\$ 26.136.856,99 (vinte e seis milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos. Ainda no exercício de 2014 houve recebimento de R\$ 9.826.947,54 (nove milhões, oitocentos e vinte seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). As demais informações relacionadas à gestão da dívida ativa estão disposta no quadro abaixo:



Saldo inicial em	Lançamentos				Recebimentos	Cancelamentos previstos na legislação	
dívida ativa em	Valor crédito tributário exercício anterior R\$	Valor atualização monetária R\$	Valor encargos financeiros R\$	Vator juros e multas R\$	Valor апесаdado em dívida ativa R\$	Valor R\$	Saldo final da dívida ativa R\$
100.919.396,29	19.109.594,40	6.009.573,91	943.649,27	74.039,41	9.826.947,54	1.759.519,10	115.469.786,64

Fonte: Relatório de Gestão da Subsecretaria Tributária 2014.

Das informações acima, referentes à dívida ativa, observa-se um aumento percentual no montante de 14.42% durante o exercício de 2014.

8. Transparência na Gestão Pública

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 131/2009, as informações referentes à execução orçamentária, à gestão contábil, financeira e patrimonial foram disponibilizadas no Portal da transparência Municipal para acesso e consulta dos cidadãos.

Além das mencionadas acima, foram disponibilizadas informações relativas aos contratos e convênios celebrados pela administração, atos de pessoal, relatórios legais de execução orçamentária e gestão fiscal, bem como a legislação municipal atualizada.

9. Atendimento aos Pareceres Prévios do Tribunal de Contas

O município de Cachoeiro de Itapemirim, através do trabalho realizado entre Controladoria Interna de Governo e Secretaria Municipal de Fazenda, atendeu às recomendações do órgão de controle externo, seja pelo acompanhamento das metas de arrecadação, seja pelo controle dos gastos com pessoal.

As medidas adotadas foram: limitação de empenho, atos que decretam contenção de despesas correntes e controle de nomeações e de funções gratificadas, estas com o intuito de que a despesa com pessoal permaneça dentro dos limites legais permitidos.

10. Desenvolvimento de Ações Relevantes

10.1. Educação

Ao longo de 2014 houve ampliação do kit uniforme com investimento da ordem de R\$ 2.087.737,85 (dois milhões, oitenta e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Os programas de atenção à saúde dos profissionais do magistério e de capacitação docente foram executadas diversas ações, tais como: implantação do Programa de Saúde

Vocal, com a distribuição de kits de saúde vocal (viva voz), substituição dos quadros nas salas e acompanhamento com fonoaudiólogos. Cerca de 980 profissionais foram contemplados com a bolsa tecnologia, no valor de R\$ 2.000,00 para a compra de notebooks.

Ao longo do ano de 2014 foram realizados investimentos para construção de 3 novas supercreches, o que resultará na criação de 780 novas vagas na educação infantil do município. Foi entregue a obra de reforma e ampliação da escola Sebastião da Rosa Machado e, está em andamento a elaboração de projeto e respectivo processo licitatório para a construção da nova escola Olga Dias, no Coronel Borges, o que ampliará em 70% a oferta de vagas naquela região.

Através de parceria com o governo federal, cerca de 313 alunos estão matriculados nos cursos do polo UAB, em cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento. Outra ação relevante na área da educação é o pré-selecionamento do município de Cachoeiro de Itapemirim para a implantação da faculdade de medicina, resultado de parceria com o ministério da Educação.

10.2. Saúde

Os investimentos na área de saúde foram direcionadas para a ampliação do atendimento aos munícipes. Ao longo do ano de 2014 foram realizados investimentos para ampliação de três unidades de saúde, reforma de seis unidades e construção de mais cinco.

Houve expansão das equipes de saúde da família, de 32 para 46 equipes. Com a adesão ao Programa Mais Médicos o número de consultas aumentou em 30%. Atualmente são realizadas cerca de 15.000 consultas mensais.

Outra ação com o intuito de ampliar o atendimento da área de saúde foi a realização de processo seletivo para agentes comunitário de saúde e para agente de controle de endemias para atuarem em todo o município

10.3. Assistência Social

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social coordenou, ao longo do exercício de 2014, o Programa Cesta Verde, onde foram atendidas 650 famílias distribuídas em nove bairros do município. Ao todo cada família recebeu, em média, cerca de 100 Kg de alimentos

Dentro do programa de aquisição de alimentos foram adquiridas 329 toneladas de alimentos, com a distribuição sendo feita para 12 entidades beneficiadas. Os alimentos

são provenientes da produção de 176 agricultores, através de contrato individual com cada um deles.

10.4. Obras de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Os projetos de investimento de recursos em obras de infraestrutura são coordenados pela Secretaria Municipal de Obras, em atendimento às demandas da população e dos diversos órgãos da administração municipal. Parte dos recursos empregados nessas intervenções vem de convênios celebrados com os governos federal e estadual, através da intermediação do Escritório de Gestão de Projetos Prioritários (EGPP).

Abaixo estão relacionados os convênios que se encontram em andamento com indicação do objeto pretendido e do valor dos recursos para cada um deles.

Convênios em andamento com o governo federal

Objeto	Valor (R\$)
Implantação de duas academias populares	200.000,00
Pavimentação asfáltica e construção de calçada no bairro Fé e Raça	351.600,00
Construção de abrigos de embarque e desembarque de passageiros do transporte público coletivo urbano	502.900,00
Reforma de quadra poliesportiva de areia no bairro Zumbi (Alto Eucalipto)	255.000,00
Revitalização da ponte municipal Fernando de Abreu	380.400,00
Pavimentação e regularização de vias no bairro Otton Marins	301.200,00
Pró Transporte 1 - Pavimentação e qualificação de vias urbanas no bairro Recanto	3.200.000,00
Pró Transporte 2 – Pavimentação e qualificação de vias urbanas do bairro Rui Pinto Bandeira	5.600.000,00
Total	10.288.200,00

Convênios em andamento com o governo estadual

Objeto	Valor (R\$)
Asfaltamento e drenagem em vias dos bairros Monte Belo e Alto União	890.600,00
Asfaltamento, drenagem e muros de contenção em vias do bairro Nossa Senhora Aparecida	2.600.000,00



Asfaltamento, drenagem e muro de contenção em vias do bairro Village da Luz	2.000.000,00
Asfaltamento e drenagem em vias do bairro Vila Rica	2.300.000,00
Asfaltamento, drenagem e escadaria em vias do bairro Alto Novo Parque	357.100,00
Asfaltamento, drenagem e muros de contenção nos bairros São Lucas e Boa	5.800.000,00
Esperança	:
Total	13.947.700,00

No período foram executados os seguintes serviços de manutenção: operação tapa buracos, reparação de calçamentos, pequenas reformas em pontes e praças e intervenções na rede de drenagem, resultando numa aplicação de recursos da ordem de R\$ 1 milhão de reais

Os serviços de patrolamento no interior atenderam a todos os distritos do município. Como exemplo, o distrito de Pacotuba teve 90% de sua área atendida pelo serviço.

Com relação aos serviços urbanos de iluminação pública, ao longo do exercício de 2014 a manutenção e substituição de lâmpadas e outras peças foi realizada de forma direta. Dentro do Projeto Clarear foi feita extensão de rede e instalação de braços de luz em 19 bairros e distritos do município. Foram iniciados projetos para a modernização do sistema de iluminação das pontes localizadas na área urbana do município

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 03 de novembro de 2015.

Luciano∕M∕orisco Ribeiro

Controlador Interno de Governo